

Entre lados partidos: uma desmontagem da democracia liberal na Bolívia como caso contemporâneo

Daniel Chaves¹

Resumo: Neste texto, cujo mote é a discussão política e histórica da Bolívia contemporânea, buscar-se-á a historicização crítica da principal forma de organização política então representativa da era liberal (1985-2003) da Bolívia contemporânea, o Poder Democrático y Social (PODEMOS). Toma-se tal trajetória, de ascensão e queda, como referência para o debate sobre a rotina de superação das estruturas liberais na política na Bolívia do tempo presente.

Palavras-chave: partidos, democracia, Bolívia

Between divided sides and parties: a dismantling of liberal democracy in Bolivia as a contemporary case

Abstract: In this paper, whose motto is to discuss the nature of politics and contemporary history of Bolivia, we'll establish some concerns about critical issues, reflected over the forms and expressions of political organization then selected by proper conceptual references needed for a thorough approach. In this direction, we will analyze the party Poder Democrático y Social (PODEMOS) as representative to comprehend our contemporary suppression routine of liberal stances and structures of democratic politics on Bolivia.

Keywords: parties, democracy, Bolivia

Artigo recebido em 22/02/2014 e aceito em 24/02/2014.

Apresentação: um quadro geral de bancarrota

A complexidade da História Contemporânea da Bolívia nos faz notar, bem como na própria enunciação do objetivo em estudo sobre tais organizações políticas, que parte-se de um dado prévio de indefinição - ou, no mínimo, de refutabilidade - sobre a natureza destas formas em um cenário político absolutamente complexo. Sendo assim, é o principal objetivo deste texto a busca, nos marcos conceituais referenciados, pelos mais interessantes problemas epistêmicos e conceituais necessárias para uma abordagem crítica e contributiva para debates heurísticos contemporâneos sobre o tema da democracia e das organizações que a compõem na América do Sul do século XXI. Ou seja, a conjugação destas questões organizacionais - saber “o que é”, o que pensa e como se articula, entre outras questões - é fundamental para o sucesso e proveito deste trabalho, salvo qualquer objetivo entrevisto de formar-se uma gramática destas formas de organização, que seria por demais audacioso para o fôlego cabível neste trabalho.

Não menos importante, é preciso situar esse próprio debate e as dúvidas daí decorrentes na sua contemporaneidade: os frequentes questionamentos sobre os mecanismos de adesão, organização, articulação e mobilização não são extemporâneos a este debate; ao contrário, estão rigorosamente situados em um processo de distanciamento cada vez maior com relação às formas conhecidas pelas abordagens e modelagens - ora teóricas, ora empíricas - de organização do século passado. Ou seja, seria adequado dizer que este quadro impreciso deriva das próprias tendências presentes nos últimos 20 anos, especialmente após o fim da Guerra Fria (1945-1989/1991), sem deixar de restar importância aos processos domésticos da disputa pelo poder na Bolívia desde o fim do século XIX. Segundo Jeremy Gilbert, “*política contemporânea é muito complicada para as instituições do século XX, que têm que se familiarizar com ela. (...) Tal situação é caracterizada, simplesmente, por uma incapacidade crônica das nossas instituições políticas de dar ao povo qualquer influência real sobre política.*”^{II}.

Transitando desde partidos políticos com objetivos eleitorais claramente estabelecidos e com respeito patente ao sistema democrático formal, com grande e respectivo formalismo, até formas associativas menos formais e voltadas para a aglutinação de diversas agendas sociais costumeiramente desprezadas no jogo democrático formalizado - e por sua vez, restando desprezo pela democracia como instituto formal -, foi possível notar progressiva quebra da legitimidade do sistema político pretensamente ‘parlamentarizado’ deste país. Os níveis de confiança sobre instituições e institutos, por responsabilidade do próprio descolamento entre interesses do Estado e da sociedade civil, se tornaram cada vez mais baixos. O resultado sobre a efetividade das organizações políticas que mantinham fé inerente ao sistema então protocolado - por exemplo, os partidos políticos, em especial os clássicos - e no próprio funcionamento desse sistema democrático então vigente foi catastrófico: os partidos, mecanismos tradicionais e históricos de representação política do *demos* popular, da massa eleitoral efetivamente participante, foram descredibilizados junto com o sistema o qual aderiam - quando não responsabilizados pela situação árida que a democracia enfrentara^{III}. Numa metáfora, era como se o bebê fosse jogado fora junto com a água da bacia: por conta de práticas políticas prebendárias, corruptas e impopulares, desinteressadas sobre o bem-estar coletivo, todo o sistema perdia sua confiabilidade e por sua vez todos os partidos também perdiam suas credenciais de confiança. Abria-se

um abismo onde quanto mais os corpos políticos se lançassem, mais abismos se abriam.

As montanhas e desertos da democracia em crise no altiplano boliviano

A questão mais ampla que se reconhece e se assinala aborda objetivamente, como o processo político em recorte afirmou imperiosamente, é a incapacidade sistêmica de manterem-se os parâmetros de democracia (ou de restauração e manutenção desta) pertencentes a um período histórico cuja caracterização pode ser parte de um momento já distante. Ou seja, a Bolívia contribuiu e contribuiria definitivamente para essa nova democracia com a abertura das portas de novas formas, novos entendimentos e novas governanças democráticas, rompendo decisivamente com os modelos anteriores. É preciso recordar que as trajetórias e os mecanismos de sustentação destes princípios democráticos, por vezes, agiram em contradição com as retóricas programadas: evidenciaram-se, por um lado, inúmeras (e violentas) tentativas de formalizar sistemas políticos sem necessariamente dispor do gozo do apoio popular - como ficou expresso nos diversos regimes de exceção ensaiados ou realizados ao longo do século XX -, ou por outro, do freio quanto às igualmente incontáveis iniciativas dessa massa popular na direção do reconhecimento das suas demandas, agendas e institucionalidade política frente ao Estado, especialmente do ponto de vista jurídico-legal. Ainda é um desafio imaginar, nestes termos, que o *demos* político, parte decomposta da ideia-força de *democracia* - seja ela qual for -, é flexível e, portanto, está dotada da potência para ampliar os seus matizes e demandar novas possibilidades de organização, participação e representação que não obedeçam à constitucionalidade das relações políticas tal qual uma *tabula rasa*. Em boa medida, nos debruçamos sobre este período com a clara noção de que se trata de um arranjo que envolve ideias, ações e frentes partidárias instáveis e indisciplinadas. Muito possivelmente, avessas a qualquer jogo democrático parlamentarizado, ainda mais contido em uma sociedade cuja informalidade era um traço característico em ascensão e importância.

Segundo o informe de 1996 da organização de pesquisa independente Latinobarometro, “(...) *existe una legitimidad de la democracia como sistema y a la vez una insatisfacción con su eficacia en el funcionamiento. Esto no quiere decir que la gente sea indiferente a los peligros que puedan presentarse. La gente es partidaria de mantener el orden pluralista, aun cuando considere que tiene muchos defectos.*”^{IV}. Ou seja, o que deriva desta explanação é a hipótese que explica os fenômenos de instabilidade política ao largo dos últimos 20 anos no continente sul-americano não situaram-se na dinâmica contrária a possibilidade democrática; inversamente ao caso, compuseram outra proposição com uma agenda alternativa ao *stablishment* democrático liberal-representativo. Não se trataria, portanto, de um problema da democracia enquanto espacialidade onde se operam as ações políticas individuais ou coletivas, mas sim com relação ao seu sistema de funcionamento e a eficácia deste na efetivação das vontades gerais. Em termos gerais, a premissa explicaria a crise como uma situação de pressão em busca do alargamento das vias democráticas, não do estreitamento.

Bem distante das prerrogativas de negação da democracia representativa - como assim foram diversos movimentos políticos ao longo da segunda metade do século XX - os novos movimentos sociais na Bolívia que se opunham a manutenção do status quo político propõem a conciliação entre uma alternativa inclusiva e esta democracia que goza plenamente da solidez estabelecida dessas instituições supracitadas. Neste

ENTRE LADOS PARTIDOS: UMA DESMONTAGEM DA DEMOCRACIA LIBERAL NA BOLÍVIA
COMO CASO CONTEMPORÂNEO

DANIEL CHAVES

momento, diversas modelagens estão em discussão, boa parte delas ordenadas conforme condicionantes empíricos constituídos na própria luta política organizada, ou em outras polaridades egressas de formações ideológicas distintas ao modelo liberal. Segundo Álvaro Garcia Linera,

“Estamos ante un nuevo *concepto de democracia entendida como intervención en los asuntos de Estado a través del sindicato*, con lo que los sujetos políticos legítimos se han de constituir a partir de ahora de manera corporativa. La democracia no es entonces un derecho abstracto ni un decálogo de comportamientos administrados por una elegante burocracia política, como por ejemplo hoy. Democracia ha de adquirir el sentido común de práctica sindical de cara a participar en las orientaciones de gobierno con lo que también el potencial significado de ciudadanía se ha de presentar como la consagración de este hecho como un *derecho público*”^V.

Mais adiante, esclarece que

“Surge así una relación de derechos y concesiones permanentemente negociados entre unos gobernantes que están ahí porque hay unos gobernados que así lo desean, y unos gobernados que están ahí porque necesitan a un gobernante para refrendar su situación de gobernados. Esto significa que el poder estatal es reconstituido por la acción colectiva en su externalidad institucional, tanto respecto a la corporalidad física y cultural de la plebe, como a los hábitos organizativos que ella posee.”^{VI}

Ou seja, a discussão sugerida aqui indica a ruptura com relação à linearidade do processo derivado da dinâmica participativo-representativa, então colocada em xeque ao longo dos anos '90 e derradeiramente deposta na Guerra do Gás, em 2003. O conceito de *demos* relacionado à democracia é redimensionado para uma compreensão mais abrangente e menos atomizada no indivíduo cidadão, mas sim voltada para a dimensão efetivamente participante e coletiva que não necessariamente obedece aos sistemas de participação e representação organizados em torno do voto e da pressão política institucionalizada. Enfatiza-se, nesse momento, que a ação da massa participante, reconhecida na espacialidade coletiva, estará condicionando de forma sistemática - mas não cristalizada - a reconstituição da mecânica das relações entre o governo e o poder político.

Nessa direção, é possível dizer que essa massa participante redimensionada foi determinante para esta transição, esta perda de confiança e consequente reorganização dos instrumentos político-partidários e organizativos. A própria dinâmica da recomposição dos quadros partidários ao longo de todo o *banzerato*, e até mesmo ao seu final na reabertura em fins da década de '80, aclara isso de forma *sui generis*, como na ocasião da quebra entre a esquerda e a direita do Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) e a formação e consolidação das confederações de movimentos sociais, totalmente independentes dos partidos, que por sua vez encontravam-se fragmentados entre movimentos operários e movimentos camponeses, conforme explicamos ao longo do primeiro texto deste trabalho.

Pode-se ponderar, ainda, que está claro que se mantém a crítica ao ordenamento que arrola somente a possibilidade democrática - e as suas tensões adjacentes - ao conjunto então estabelecido de instituições, ou ainda de frentes partidárias institucionalizadas, cuja intransferível efetividade seria primordial para a representação popular - e quiçá *ad solemnitatem*^{VII}. A saber, estariam recomendados funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação

diversificadas, autonomia para as associações, cidadania inclusiva^{VIII} como uma democracia com ‘bons modos’ e, assim, satisfatória. Este sistema, estabelecido constitucionalmente na Bolívia desde a reabertura democrática, se viu pressionado pela superação da noção de que a institucionalidade das vontades políticas manter-se-ia concentrada apenas nas espacialidades formalmente sugeridas ou na via de uma representação baseada na confiança de que os eleitos seriam zelosos quanto ao bem comum como se o respeito ao mandato fora uma solenidade. O conteúdo liberal dos regimes estaria, portanto, perdendo a sua positividade liberal para reordenar um regime liberal sob lógica negativa com relação às liberdades.

As várias convalescenças políticas dos últimos 20 anos no continente sul-americano sugerem, de modo inclusivo, que as tensões e rearranjos nas institucionalidades políticas estarão cada vez menos sujeitos a quaisquer movimentos coreográficos protocolados típicos de uma ordem negativa. Nas palavras de Mota,

“(…) ao contrário do que Taylor (1994) propõe, de que o liberalismo jurídico tornar-se-á impraticável por não conseguir dar mais conta da diversidade cultural existente, o que o levaria ao seu fim, podemos ver nesses processos constitucionais experimentados na América Latina contemporânea uma clara tentativa de sobrevivência do edifício liberal que organiza o Estado. Inclusive, é possível pensar que até esse processo reformista chamado de “refundador” pode representar uma abertura que esta forma de organização política da sociedade teve que fazer para continuar preponderando.”^{IX}.

Decompondo estruturas: quais, quando e onde começam os problemas?

É preciso ressaltar, todavia, que na Bolívia as críticas a este sistema, ao contrário do que foi suposto por vários estudos ao longo do processo político em estudo, não se mantiveram alçadas somente pelos movimentos camponeses e operários do altiplano, protagonistas da transformação política do Estado boliviano até então. Ao observar-se a generalidade e a totalidade das frentes políticas demandantes, sem nenhum tapa-olho ideológico, foi possível compreender que na Bolívia não se tratava de antagonismo puro e simples, tal quais as explicações bifásicas que compunham, por um lado elite, por outro, massa popular. Pode-se rejeitar aqui, para todo efeito, a noção quase geométrica de vetores políticos irascíveis, mas de uma verdadeira situação de pressão política sobre um regime. Por exemplo, a manutenção do sistema partidário e da cotização parlamentar que impediu a eleição direta de governadores para os departamentos bolivianos até 2006, bem como o sistema de tributação, arrecadação e redistribuição de recursos concentrado no executivo nacional, são elementos que geraram protestos e repulsa dos movimentos autonomistas de Santa Cruz. Segundo Domingues, Guimarães e Maneiro,

“A Constituição de 1966, vigente até hoje [então], estabelece que um candidato para ser eleito presidente precisa de mais de 50%, caso contrário o Congresso decide entre os três mais votados. A partir sobretudo de 1985, com o governo de Paz Estensoro, isso tem levado a que as coalizões se façam dentro do parlamento para a eleição do presidente e, no mesmo movimento, que tem um dos partidos principais como seu eixo, compõe-se o governo. O sistema eleitoral favoreceu assim o estabelecimento de pactos entre esses partidos mediante o chamado “cuotéo” (a divisão de cotas de cargos e prebendas estatais entre eles), garantindo-se destarte a governabilidade. O problema é que a consolidação deste sistema foi acompanhada por um crescente descolamento dos partidos da sociedade, prenunciando problemas que se tornariam dramáticos”^X.

ENTRE LADOS PARTIDOS: UMA DESMONTAGEM DA DEMOCRACIA LIBERAL NA BOLÍVIA
COMO CASO CONTEMPORÂNEO

DANIEL CHAVES

É possível dizer, dessa maneira, que a persistência do sistema político então vigente era esgarçada por dois conjuntos de atores políticos ideologicamente distintos, mas ambos insatisfeitos. Segundo matéria do jornal O Globo, ainda em 2003, próprio ano da Guerra do Gás,

“Uma semana depois da convulsão social que deixou pelo menos 80 mortos e destituiu o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, a Bolívia entra num processo de divisão interna. Já se delimitam dois países a Bolívia dos altiplanos — de maioria indígena, cocaleira e miserável, mas que acredita ter vencido a chamada guerra do gás—, e a Bolívia oriental — distante dos Andes, de maioria branca, dona do gás natural e do petróleo, que se acha perdedora e reage, chegando a ameaçar um processo separatista. A trégua para o novo presidente, Carlos Mesa, pressionado pelas duas Bolívias, não tem mais calendário. (...)”

A expressão acordo é compreendida na região da seguinte maneira: não deve haver referendo popular sobre a venda do gás, que passaria a ser vendido aos EUA e ao Chile, e as plantações de coca do Chapare não devem ser liberadas. Exatamente as principais reivindicações dos indígenas, e que Mesa promete atender. (...) No país, abaixo dos Andes as manifestações começaram logo depois de encerrada a “guerra do gás”, no altiplano. Tarija e Santa Cruz têm feito protestos e amanhã fazem uma assembléia entre organizações civis para definir os rumos de seu movimento.

— Há um pacto do novo governo com os movimentos sociais do Oriente que só nos prejudica. Nossa chance de um pacto com Mesa seria de no máximo 60%, mas a relação só se deteriora a cada dia. Assim, vamos encontrar uma forma de ser independentes — diz Roberto Ruiz Bass, presidente do Comitê Pró-interesses de Tarija. (...) Donos das principais fontes de riqueza do país mais pobre da América Latina, os bolivianos orientais chamam os altiplanos de “carniceiros”. Na posse de Lozada, eram comuns cenas de indígenas mascando folhas de coca no palácio, se negando a cantar o hino nacional. Os orientais, que serviram de base eleitoral ao presidente deposto, não aceitam as idéias indígenas”^{XI}.

Desde La Paz até Santa Cruz, como observamos então, o descontentamento sobre as decisões políticas vigia em intensidade similar, ainda que guardadas as discrepâncias ideológicas. Nota-se que através de organizações oriundas da sociedade civil, o poder central boliviano teve a sua propriedade de negociação e tomada de decisão duramente criticada e motivada pela baixa participação de determinados setores da sociedade nestas decisões, mas não necessariamente a pressão veio somente através dos movimentos sociais orientados pelo campesinato e operariado do altiplano de La Paz. A persistência da tensão entre frentes políticas opositoras deve ser observada sob um olhar mais amplo, especialmente quando formadas em uma ambiência na qual a organização histórico-social dos seus instrumentos políticos é absolutamente fragmentadas. É possível, tal qual na imagem do 18 de Brumário, que não necessariamente as lutas inter-classe ou até mesmo entre frentes político-partidárias opostas vá garantir o prevalecer de alguma sobre outrem^{XII}. Por vezes, é um jogo que pode ser pírrico, que pode resultar em ‘empates catastróficos’, no jargão utilizado pelas próprias forças políticas em questão^{XIII}.

Na Bolívia, além dessa diversidade, ainda deve ser notado como fator relevante os diversos colapsos institucionais desde a reabertura democrática do início da década de '80. Deve-se dizer que estas crises não estiveram somente relacionadas aos ímpetos de participação - e seguida marginalização por parte do poder público - organizadas

através dos movimentos sociais altioplânicos, formas mais notáveis do ponto de vista protocolar do que constitui vontade organizada de mudança política, mas sim de formas de associativismo político não tão notórias. Esse dado deve ser considerado com atenção, já que a importância destes vetores de pressão costumeiramente passa despercebido pela análise política obcecada pelas vias formais de organização política no sistema democrático liberal-representativo, por vezes ignorando as próprias tendências adjacentes que possivelmente derivarão em novas modelagens e práticas no futuro do país.

Sem perder a propriedade holística da totalidade na análise histórica, é preciso situar também as crises econômicas relacionadas à perda de valor do estanho, ainda a principal *commodity* nacional, que por sua vez geraram um quadro hiperinflacionário. A assunção e queda do governo UDP, que chegava ao poder com a esperança de uma esquerda progressista no poder, abria a passagem para o retorno do MNR - aqui, a sua ala centrista - que implementaria uma proposta de planejamento econômico de profundo impacto, dividindo águas na história do país e gerando uma cisão no principal partido político dos então últimos 30 anos no país, responsável pela Revolução Nacionalista de 1952 - e agora, portanto, desmantelando a própria revolução que criara ^{XIV}.

Segundo Stefanoni,

“El 29 de agosto de 1985 el presidente Víctor Paz Estenssoro firmaba el Decreto Supremo 21.060 en medio de una fuerte crisis hiperinflacionaria. La expresión “Bolivia se nos muere”, pronunciada por el líder histórico del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) **no sólo constituía una instancia de legitimación de las políticas de *shock* para frenar la crisis – *There is no alternative*–, sino que enunciaba la magnitud de las torsiones discursivas** y el vuelco en las relaciones de fuerzas que sobrevendrían sobre el conjunto de la discursividad ideológica boliviana. [Grifo nosso]” ^{XV}

Sob o espectro da fragmentação partidária gerada pelas diversas torções políticas - desde a caça e dissolução dos partidos durante o banzerato até o ‘choque’ do MNR na década de ‘80 -, caminhou-se tortuosamente na direção de um novo arranjo político que constituísse uma mesma espacialidade democrática capaz de colocar frente a frente às tendências políticas de uma Bolívia polarizada pela miséria, pelo desemprego, pela capitalização do Estado e pela baixa participação popular. O abismo socioeconômico do país gerava um novo arranjo de organizações políticas, ao mesmo passo que correlacionava-se com o colapso das antigas formas de sustentação dos pactos políticos mantenedores da ordem vigente. O amadurecimento das experimentações de organização, mobilização e ação política coletiva derivava na instabilidade do regime político vigente, bem como de seus apoiadores históricos - mas não necessariamente resultava no triunfo único e exclusivo das forjas revolucionárias.

PODEMOS e MAS: partidos na sobrevivência (ou morte) liberal

Neste contexto, o partido PODEMOS foi bastante expressivo não só por se tornar a principal oposição parlamentar nacional ao vindouro governo de Evo Morales - e com especial impacto, durante a Assembléia Constituinte -, mas por ser herdeiro político direto da estrutura, dos apoiadores e do conteúdo programático da Acción Democrática Nacional (ADN), partido fundado pelo ex-presidente General Hugo Banzer Suárez - e com isso herdando o seu arcaísmo face à modernidade do MAS ^{XVI} e da hiper-política boliviana. O PODEMOS, via de regra, se tornara a força de

conservação do sistema político democrático liberal-representativo. Se observarmos o PODEMOS/ADN sob uma lógica de continuidade em seus quadros, seu primeiro governo na década de 70 estaria marcado por se tratar de uma gestão *de facto*, por uma explosão da dívida externa nacional, pela suposta ascendência fascista e pelo suporte da região de Santa Cruz ao seu governo, quando esta começaria a liderar a economia nacional com expressão inédita – e a partir do século XXI, forças políticas associativas da região assumiriam protagonismo político contemporâneo, como o Comitê Cívico Pro-Santa Cruz (CCPSC), por exemplo mais notável. Será impreterível a associação destes fatores; no entanto, é importante comentar que a passagem do ADN para o PODEMOS não necessariamente mantém fidelizadas as bases políticas do ADN em Santa Cruz. Possivelmente, essa lacuna significou oportunidade para a ascensão do CCPSC enquanto ator polarizador da política na distinção nacional/regional. Para que isso ocorresse, seria necessário renovar os quadros políticos na direção da nova democracia republicana na Bolívia, ciente da impossibilidade prática da manutenção de um regime de exceção baseado na força. A democracia liberal-representativa, na alvorada da década de '80, era uma recomendação fundamental para a legitimidade do Estado. Quando as forças políticas representativas mantiveram-se atreladas a tal prerrogativa, fatalmente anunciaram o seu fracasso incidental.

O que há de regularidade nessa reinvenção, devemos comentar, é que a passagem ADN-PODEMOS não abandonaria a identificação com a agenda exportadora primária de *commodities*, com a presença de tecnocratas de formação estrangeira como o próprio Jorge Quiroga e outros nos departamentos exportadores de minério, petróleo e gás no sul e sudeste do país, sem esquecer dos pecuaristas do norte-nordeste. Ou seja, no PODEMOS ainda poder-se-ia apontar como figuras notáveis as elites do pólo gasífero de Tarija, que por sua vez estariam umbilicalmente ligadas à defesa do modelo de exportação derrubado pelos populares na Guerra do Gás, ou ainda os seculares “barões do oriente” no Beni e no Pando, que posteriormente se associariam as dinâmicas cívico-corporativas da *medialuna* e deixariam o PODEMOS.

Mantinha-se vigente um projeto liberal de crescimento e exportação, em detrimento do desenvolvimento nacional e do incentivo à manufatura local; durante o governo democraticamente eleito de Banzer Suárez (1997-2001)^{XVII}, o qual Quiroga serviu como vice e a partir deste criou a sua própria agremiação, o PODEMOS, foi assinado o acordo do Gasoduto Brasil-Bolívia. Nesta mesma gestão, foram assinalados os termos amplamente desfavoráveis do acordo firmado para o preço do metro cúbico do gás, 5 vezes abaixo do valor de mercado, somente reajustado após o processo que começa a partir do Decreto “Heroes del Chaco”. Neste, versa-se no artigo 2 que “*A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos –YPFB, toda la producción de hidrocarburos*”^{XVIII}. Ainda, em trecho anterior no preâmbulo do decreto, para melhor compreender a tônica do documento explana-se que “*el llamado proceso de capitalización y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos –YPFB– ha significado no sólo un grave daño económico al Estado, sino además un acto de traición a la patria al entregar a manos extranjeras el control y la dirección de un sector estratégico, vulnerando la soberanía y la dignidad nacionales*”^{XIX}.

Estes registros documentais acima expostos deixam claro que o PODEMOS nasce sob a herança de prosperidade dos parques (porém significantes, especialmente na paupérrima Bolívia) recursos advindos do *boom* exportador de gás, e através das suas

lideranças representativas cristalizadas em torno de Quiroga - mas não mais através de Banzer, já falecido e enterrado juntamente ao partido que formara em torno de si. A idéia de que o país seria viável na medida em que exportava seus recursos naturais utilíssimos para os vizinhos mais desenvolvidos seria a plataforma do PODEMOS, apropriando-se erroneamente de um discurso cuja validade era duramente questionado. Segundo Cristina Alexandre, para se compreender a importância do PODEMOS, é preciso observar que “*sob a sigla do agrupamento cidadão Poder Democrático y Social, Quiroga busca se atribuir uma nova roupagem, afastando-se dos governos que, desde a redemocratização, em 1985, promoveram políticas liberalizantes que não tiveram sucesso na redução da pobreza*”^{XX}. Ou seja, ademais a tentativa esperançosa de contenção (ou negação?) das novas regras do jogo democrático ampliadas com a vitória eleitoral achapante do MAS, o PODEMOS buscava ser liberal sem se identificar com a trajetória liberal no país. Nascendo em crise de identidade e confusamente centrista, o PODEMOS envergava seu apoio ao modelo unitarista nacional liberal-representativo como expressão da manutenção do ordenamento jurídico-legal do país e, portanto, da negação das novas agendas políticas tanto do MAS quanto do Oriente. Estaria claramente afixado também, na agenda do PODEMOS, que manter-se-ia a Bolívia como uma República livre, independente e soberana, organizada na forma de um Estado Unitário Nacional intercultural, descentralizado administrativa e politicamente em departamentos e municípios autônomos orientados a fortalecer a integridade territorial. Portanto, é possível que se diga que, mesmo sendo o PODEMOS um opositor do governo Morales, acabara por assumir uma plataforma então reativa tanto aos movimentos sociais altioplânicos quanto aos autonomistas da *medialuna*, sendo esta a principal razão do seu fracasso na Assembléia Constituinte entre 2006 e 2008. Segundo Lazarte, a Assembléia Constituinte

“(...) reordenó la agenda política, cuyo conflicto ya había polarizado al país entre el "oriente" y el "occidente" - garantizando a unos y a otros que sus intereses vitales estarían a salvo. Es decir, que habría Asamblea Constituyente, que no entusiasmaba al “oriente” (Beni, Pando, Santa Cruz y Tarija); que habría referendo autonómico y elección de prefectos, que el “occidente” (La Paz, Oruro, Potosí) rechazaba; y asegurarle a la población que se realizarían elecciones generales y no solamente presidenciales, que era lo que demandaba.”^{XXI}

Nesse período, tanto o seu comportamento político associado à velha ordem democrática quanto a sua incapacidade de formar uma oposição política nacional forte - afinal, seu conteúdo programático era unitarista em um momento francamente marcado pela federatividade constante e em definição - fizeram sucumbir a possibilidade do partido se tornar representativo junto a população ou aos setores políticos influentes no momento. Segundo Santos Ramirez em Harnecker & Fuentes “*En esas elecciones [para a Assembléia Constituinte] el MAS saco 50.72% del voto, mientras que el segundo partido, PODEMOS, saco solo 15,32%. En el referéndum autonómico, aunque el SI gano en los cuarto departamentos de la media luna, a nivel nacional el NO gano con 57,58%*”^{XXII}. A última reminiscência política de uma longa era que perdurava há 30 anos saía de cena, ejetada pelos movimentos sociais operário-camponeses, por um lado, e pelos movimentos regionalistas, por outro. Era o início do fim da era liberal na Bolívia contemporânea.

O que também ficou registrado para a eleição dos 255 representantes populares na Assembléia Constituinte, nesse momento, foi que a maioria simples - mas não absoluta - do MAS, seguido do PODEMOS, não necessariamente garantiria estabilidade ou minimamente consenso para a concretização da reforma total da Constituição, objetivo da Assembléia: entre 16 organizações políticas, nenhuma era propriamente um 'partido'. Seja pela sua natureza distinta - o MAS -, ou pela sua maturação ainda se encontrar em estágio preliminar - o PODEMOS - seriam quaisquer das imagens clássicas de partido político. Com certa precisão, podemos dizer que o segundo, PODEMOS, estaria mais próximo que o primeiro, o MAS.

Apontamentos para a observação do 'eclipse' liberal na Bolívia contemporânea

O que nos resta em importância para o debate, a guisa de conclusão da arguição exposta neste capítulo, é que o deslocamento e o reordenamento das forças políticas na Bolívia contemporânea a nossa narrativa pode ser de suma relevância para a compreensão do quadro de conflito político em questão. As tensões por predominância como passo a hegemonia no processo político e social revelam a lógica política do social, seja em maior medida objetiva ou subjetiva. Mesmo que em situações de iminência catastrófica – como as que o país enfrentou no período das tensões históricas relatadas -, nos quais a sociedade civil estava submersa e construía decisões contingentes, a solução para o impasse democrático surgia em ambiências na quais os sujeitos tentaram articular e propagar sentidos no social para fazer valer a vontade em um ambiente plural.

Em resumo, era através destas organizações e no constatado relacionamento com formas democráticas que seria possível compreender o seu percurso histórico, cuja substância se relacionava ora de forma reativa, ora de forma diferenciada e inovadora, em diversos aspectos das lutas contemporâneas por reconhecimento. Será sempre necessário, assim, considerar que estas tensões políticas expressas em formas de organização são impreteríveis para um entendimento das dimensões estruturantes das democracias e suas tentativas de exceção, mesmo em tempos assíncronos em que a instabilidade sistêmica destas democracias – mesmo as liberais, talvez especialmente estas - nos faça discutir o seu caráter antipopular, autoritário e alheio ao que há de representativo nestas sociedades.

Notas

^I Professor de história contemporânea da universidade federal do amapá (unifap), também é coordenador do círculo de pesquisas do tempo presente (www.cptempopresente.org) e pesquisador do observatório de fronteiras do platô das guianas (obfron, www2.unifap.br/obfron). é doutorando em história comparada pelo programa de pós-graduação em história comparada (ppgch) na universidade federal do rio de janeiro (ufrj). é docente do curso de especialização em história e historiografia da amazônia da universidade federal do amapá (unifap). contato: daniel.chaves@unifap.br

^{II} Gilbert, jeremy. *pós-modernidade e a crise da democracia*. trad. de leandro couto carreira ricon. rio de janeiro: revista eletrônica boletim do tempo, ano 4, nº17, rio, 2009

ENTRE LADOS PARTIDOS: UMA DESMONTAGEM DA DEMOCRACIA LIBERAL NA BOLÍVIA
COMO CASO CONTEMPORÂNEO

DANIEL CHAVES

- ^{III} Ver: López-dusil, Ricardo. *la democracia es un valor, pero sin confianza en los partidos*. disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=104851>. acesso em 10 dez 2009.
- ^{IV} informe de prensa - encuesta latinobarometro 1996. disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. acesso em 06 dez 2009. p. 4.
- ^V García Linera, Álvaro. *la potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en bolivia*. buenos aires: prometeo libros, 2008. p. 140.
- ^{VI} García Linera, idem. p. 141.
- ^{VII} Em tradução livre do latim, ‘que se exige solenidade’.
- ^{VIII} Dahl, Robert Alan. *sobre a democracia*. Brasília: UnB, 2001, p. 99
- ^{IX} Mota, Áurea. *a nova constituição política do estado boliviano: antecedentes históricos, conteúdo e proposta analítica*. in: Domingues, José Maurício, Guimarães, Alice, Mota, Áurea & Pereira da Silva, Fabrício (orgs.) *a Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 146.
- ^X Domingues, José Maurício, Guimarães, César & Maneiro, Maria. *Bolívia - a história sem fim*. análise de conjuntura OPSA nº 5, abril de 2005.
- ^{XI} “Dois mundos opostos se chocam na Bolívia”. *o globo*, 26/10/2003.
- ^{XII} ver: Marx, Karl. *18 brumário de Luís Bonaparte*. disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>>. acesso em 18 dez 2009.
- ^{XIII} Segundo Álvaro García Linera, o empate catastrófico “significa a emergência de um bloco social com vontade de disputar o poder de estado em nível nacional. a chave para um empate catastrófico acontece quando antigas coalizões do velho poder têm à frente um novo bloco emergente com ânsias de poder político – do poder do estado”. ver: García Linera, Álvaro. *no referendo, o sinal para a virada*. disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/imprima2579>>. acesso em 10 nov 2009.
- ^{XIV} Ver Rocha, 2006, p. 23 (texto 1).
- ^{XV} Stefanoni, Pablo. *el nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del mas-ipsp (1995-2003)*. informe final del concurso: movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. programa regional de becas Clacso. 2002. disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/stefanoni.pdf>>. acesso em 13 dez 2009.
- p.1
- ^{XVI} Movimiento al socialismo – instrumento para la soberanía política de los pueblos (mas, ou mas-ipsp), é o partido fundado pelos diversos movimentos sociais bolivianos na década de ’90, e que se tornou a base da coalizão responsável pela vitória de Evo Morales nas eleições de 2005, e além, formando o principal quadro político dos executivos locais e nacionais, bem como nos legislativos respectivos.
- ^{XVII} “Fhc e Hugo Banzer inauguram o gasoduto”. folha de São Paulo, 09/02/1999.
- ^{XVIII} Morales Ayma, Juan Evo. *decreto supremo 28.071 “héroe del chaco”*. disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/13d28071.pdf>>. acesso em 11 dez 2009.
- ^{XIX} Morales Ayma, ibidem.
- ^{XX} Alexandre, Cristina. *Bolívia: os desafios e incertezas da eleição que encerra um ciclo*. jornal do Brasil, 18/12/2005
- ^{XXI} Lazarte, Jorge. *la asamblea constituyente de bolivia: de la oportunidad a la amenaza*. nuevo mundo mundos nuevos, cuestiones del tiempo presente, 2008.
- ^{XXII} Harnecker, Marta & Fuentes, Federico. *mas-ipsp de bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales*. disponível em: <www.rebelion.org/docs/67155.pdf>. acesso em 20 out 2009. p. 126

Referências bibliográficas:

- DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001
- DOMINGUES, José Maurício, GUIMARÃES, César & MANEIRO, Maria. *Bolívia - a história sem fim*. Análise de conjuntura OPSA nº 5, Abril de 2005.
- DOMINGUES, José Maurício, GUIMARÃES, Alice, MOTA, Áurea & PEREIRA DA SILVA, Fabrício (orgs.) **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ENTRE LADOS PARTIDOS: UMA DESMONTAGEM DA DEMOCRACIA LIBERAL NA BOLÍVIA
COMO CASO CONTEMPORÂNEO

DANIEL CHAVES

GARCIA LINERA, Álvaro. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

GILBERT, Jeremy. **Pós-Modernidade e a crise da democracia**. Trad. de Leandro Couto Carreira Ricon. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº17, Rio, 2009.

HARNECKER, Marta & FUENTES, Federico. **MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento político que surge de los movimientos sociales**. Disponível em: <www.rebellion.org/docs/67155.pdf>. Acesso em 20 out 2009.

STEFANONI, Pablo. **El nacionalismo indígena como identidad política: La emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002.